

DESOBEDIÊNCIA CIVIL ELETRÔNICA (DCE): Inventando o Futuro do Ativismo On-line Antes de 11/9

RICARDO DOMINGUEZ

Em nossos sonhos, vimos um outro mundo... E esse mundo novo e verdadeiro não era um sonho do passado; não era algo que veio de nossos ancestrais. Ele veio a nós do futuro; era o próximo passo que teríamos que dar.

Subcomandante Marcos, 1994

Oficiais militares prevêem que as guerras do futuro irão se manifestar sob a forma de guerras de informação e guerras multidimensionais, e nas batalhas não haverá distinção entre *front* e retaguarda, além de serem não lineares, dispersas e distantes. Isso significa que a vitória ou a derrota nas guerras do futuro dependerá da tecnologia militar de ponta e do poder da informação.

Documento de Política de Defesa Básica, *A 15 Year National Defense Vision for South Korea*, 1999

Enquanto Bin Laden pode ter seu dedo no gatilho, seu neto tem o dedo no mouse.

O espaço cibernético visto como potencial campo de batalha,

The New York Times, 23 de novembro de 2001

Ricardo Dominguez é co-fundador de The Electronic Disturbance Theater (EDT), grupo que, em 1998, desenvolveu tecnologias *virtual-sit-in* em solidariedade às comunidades zapatistas em Chiapas, no México. É também co-diretor de The Thing.net e ex-membro do Critical Art Ensemble. Seu *Transborder Immigrant Tool* (um sistema de segurança de telefonia celular GPS para cruzar a fronteira entre o México e os Estados Unidos) foi vencedor do Transnational Communities Award. É professor adjunto do Departamento de Artes Visuais da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD) e gerente de pesquisa no instituto de tecnologias de ponta CALIT2 (www.calit2.net), onde trabalha em projetos de nanotecnologia.

O 11 de setembro tem sido construído como um evento ontológico que redefine a natureza de todas as formas de realismo político, tanto no que diz respeito à guerra quanto à segurança, um evento a partir do qual a história se bifurca entre um recomeço ruim e um recomeço terrível. Naquele dia, a narrativa neoconservadora do “Fim da História” tornou-se a futura e presente “Operação Guerra Infinita”, tudo sob os signos da velocidade e do instantâneo irradiados do ataque às torres do World Trade. O que nem sempre é considerado é a história do protesto, de como ativistas, artistas e os incômodos “ativistas”¹ responderam a essa mudança cultural bem antes dos eventos de 11 de setembro. Essas formações ativistas, ou culturas “pós-mídia”,² nunca deixaram de estar presentes nos fluxos da história como locais de intervenções críticas que procuram confundir as fronteiras do Estado e dos fluxos transnacionais sem fronteiras – esses artistas construíram “uma nova linguagem de desobediência civil”³ que combina a “netwar social”⁴ e a “frivolidade tática”⁵, apagando uma e amplificando outra como uma “perturbação metapolítica”⁶. As redes de artistas entendem que o núcleo ontológico do 11 de setembro que está sendo vendido sob as “políticas do medo” não pode – e não poderia – estar completamente blindado à resistência crítica, ao *counter-publics* e à velocidade dos sonhos que vieram antes ou depois do 11 de setembro.

Isso não equivale a dizer que os artistas não entendem ou não entendiam que as perturbações artistas/digitais como a desobediência civil eletrônica (DCE) eram cheias de lacunas, de falhas e de “[...] persistentes ciladas na concepção do ‘ativismo eletrônico’: por um lado, a tendência por parte de alguns artistas e acadêmicos de romantizar a ação eletrônica e, por outro, o repúdio de táticas eletrônicas contenciosas, consideradas ineficazes, distrações da mobilização ‘real’ ou um inquietante ‘retorno dos arruaceiros’. Ambos extremos representam uma falha no engajamento mais atento e na diferenciação da ampla variedade de ferramentas e técnicas que compõem o repertório da ação eletrônica, ou uma falha em considerar o que a palavra ‘eficaz’ pode significar nesse contexto”.⁷

De fato, os artistas diagramaram respostas a essas preocupações inventando gestos que foram do “falar sobre” ou do “mostrar” a DCE para o “fazer” ações após ações de DCE,

1 Artista é uma palavra composta que combina “arte” e “ativista”. O ativismo desenvolveu-se em anos recentes, quando os protestos de alterglobalização e antiguer-ra se proliferaram. Um típico objetivo de curto prazo dos artistas é reivindicar o espaço público, principalmente subvertendo ou destruindo anúncios em áreas urbanas ou nos sistemas de transporte da cidade. Não obstante, os artistas engajam-se em diferentes mídias, como a internet, não apenas para ações que poderiam ser descritas como hacktivism. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Artist>>.

2 As formas independentes de ações comunicativas que emergiram ao longo dos últimos anos em rádios livres, midiativismo, tele-rua, des-propaganda (*subvertising*) etc. podem ser vistas como a expressão e a pré-figuração do que Félix Guattari chamou de “civilização pós-mídia”. Sua interdependência é um desafio aos poderes que existem. Para entender seu significado, precisamos retornar à noção guattariana de “montagem coletiva” e refletir sobre a diferença entre o conceito de automatismo técnico e o de arranjo técnico. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/spip.php?article2719>>.

3 CRITCHLEY, Simon. *Infinitely demanding*. London: Verso, 2007. p. 123.

4 RONFELDT, David; ARQUILLA, John. *The zapatista social netwar in Mexico*. Santa Monica: RAND, 1998. p. 1.

5 CRITCHLEY, Simon. *Infinitely demanding*. London: Verso, 2007. p. 124.

6 Idem, p. 129.

7 COSTANZE-CHOCK, Sasha. Mapping the repertoire of electronic contention. In: *Representing resistance: media, civil disobedience, and the global justice movement*. Westport: Praeger Publishers, 30 set. 2003.

como uma séria e necessária repetição antes e depois do 11 de setembro, e deixando que a teoria se concretizasse como prática, de forma a moldar a diáde “eficaz/ineficaz” nas falhas sísmicas entre computadores e paz, bombas e largura de bandas, *networks* e faças.

Enquanto a era da insegurança começava a disseminar-se com toda a fúria de um novo destino manifestado que fora perdido e reencontrado, em 1999, os neoconservadores so-nhavam que um novo “Pearl Harbor” estava prestes a ser acionado e gravado (as missões descritas em *Reconstruindo as defesas americanas* (2000) eram “lutar e ganhar de modo decisivo múltiplos e simultâneos grandes teatros de guerra”. Elas também expressavam um pedido de Natal que mais parecia um pesadelo: “Além disso, o processo de transformação, mesmo que traga uma mudança revolucionária, deverá ser longo, exceto no caso de algum evento catastrófico e catalisador – como um novo Pearl Harbor”). Os neoconservadores também esperavam promover a expansão de controles internos de multidão nos Estados Unidos por meio de “zonas de liberdade de expressão” cujas manifestações ocorreriam longe dos detentores do poder, vigilância não controlada dos cidadãos norte-americanos, agrupamento indiscriminado de quaisquer pessoas que parecessem ser “as outras” (e que logo seriam classificadas de “combatentes inimigos”) e tornar qualquer um que não estivesse alinhado com o regime “Osama Bin Bush” invisível para a mídia dominante.

Ativistas, artistas, artistas e a sociedade civil internacional iriam descobrir o que o “novo normal” significava para o “movimento dos movimentos” (outro nome para o movimento alterglobalização) durante o encontro do Fórum Econômico Mundial ocorrido em 31 de janeiro de 2002 (apenas quatro meses depois do 11 de setembro), que geralmente acontecia em Davos, na Suíça, mas que decidiram teletransportar para a cidade de Nova Iorque a fim de demonstrar que o “capitalismo virtual” não estava fechando as portas, estava apenas se aquecendo para a próxima boa guerra. Nossa escolha foi marchar pelos arcos de realidades sem medo, soltar os cãesinhos brincalhões e que todos continuassem a compartilhar táticas laterais nas ruas e on-line – estávamos todos em um acordo fractal segundo o qual os movimentos de alterglobalização não seriam extintos. “Quando o site do Fórum Econômico Mundial entrou em colapso assim que o encontro começou, parecia que os ativistas on-line antiglobalização haviam conquistado uma importante vitória. Mas os organizadores do ‘sit-in virtual’ estão se recusando a assumir os créditos pela humilhação”.⁸ Realmente, há que se dar crédito a quem de direito – foram as multidões eletrônicas que humilharam o Fórum Econômico Mundial. “Embora as ruas da cidade de Nova Iorque permanecessem relativamente quietas enquanto lá se realizava o Fórum Econômico Mundial (FEC), mais de 160.000 manifestantes on-line encenaram um ‘sit-in virtual’ na home page do FEC”.⁹ O Electronic Disturbance Theater (Teatro de Perturbação Eletrônica) não buscava de forma pró-ativa o crédito pela honra do que havia acontecido. Em vez disso, nós oferecemos a seguinte resposta: “Eu penso que algo mais aconteceu ao URL do FEC ou, talvez, a infra-estrutura do FEC seja tão mal construída quanto sua visão econômica durante os últimos 31 anos”.¹⁰ Para os artistas, ser capaz de desconectar o acesso à internet dos poderosos indivíduos que representavam as nações mais ricas de nosso planeta não era tão impor-

8 SHACHTMAN, Noah. Hacktivists stage virtual sit-in at WEF Web site. *AlterNet*, 7 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.alternet.org/story/12374>>.

9 Idem.

10 Idem.

tante – o que realmente importava era ser capaz de demonstrar que o fluxo transnacional do FEC era defeituoso em todos os sentidos.

DE VOLTA AO FUTURO: CRITIC ART ENSEMBLE (CAE) E DESOBEDIÊNCIA CIVIL ELETRÔNICA (DCE)

A Critic Art Ensemble (CAE) apresentou a teoria da DCE como uma aposta contra uma forma específica do demasiadamente presente-futuro do “capital morto”. As perturbações eletrônicas seriam os gestos centrais que iniciariam uma “matriz performática” profundamente ligada ao sonho de Hakim Bey, segundo o qual:

“Esses nômades mapeiam seu curso orientados por estranhas estrelas, que podem ser as luminosas aglutinações de dados no ciberespaço ou, talvez, alucinações. Abra um mapa da Terra; sobre ele, coloque um mapa da mudança política; em cima disso, um mapa da Rede, especialmente da contra-Rede com sua ênfase no fluxo clandestino de informação e nas logísticas – e, finalmente, em cima de tudo isso, o mapa 1:1 da imaginação criativa, dos valores estéticos. A malha resultante ganha vida, animada por turbilhões inesperados e oscilações de energia, coagulações de luz, túneis secretos e surpresas”.¹¹

Enquanto isso era verdadeiro para a trajetória dos contrafluxos, é também verdadeiro para a “classe virtual”.

A Perturbação Eletrônica refaz os mapas dos fluxos de poder nômades no capítulo “Poder Nômade e Resistência Cultural” como novas zonas cambiantes nas quais “A localização do poder – e o lugar da resistência – situam-se em uma ambígua zona sem fronteiras. Como poderia ser diferente, quando os traços do poder fluem em transição entre dinâmicas nômades e estruturas sedentárias – entre a hipervelocidade e a hyperinteria?”.¹² A CAE argumenta que o “capital morto”, também conhecido como “capital passado”, estava sendo constituído como uma forma de mercadoria eletrônica em constante fluxo. O capital reagrupava-se e continuaria a se reagrupar, “o vôo do capital nos domínios do ciberespaço que, mesmo agora, é mais difícil de se ver, na medida em que a elite contemporânea move-se das áreas urbanas centralizadas para o ciberespaço descentralizado e não territorializado”.¹³ A resposta a esse enigma era teletransportar o sistema de bloqueio e transgressão historicamente ancorado à Desobediência Civil (DC) para essa nova fase de fluxos econômicos na era das *networks*:

“A estratégia e as táticas da DCE não deveriam ser um mistério para nenhum ativista. Elas são as mesmas da DC tradicional. A DCE é uma atividade não violenta por sua própria natureza, pois as forças opostas nunca se confrontam fisicamente. Assim como na DC, as táticas primárias da DCE são a transgressão e o bloqueio. Saídas, entradas condutos e outros espaços-chave devem ser ocupados pelas forças de contestação de modo a criar pressão sobre as instituições legitimadas engajadas em ações antiéticas ou criminosas. Bloquear condutos de informação é análogo a bloquear espaços físicos; entretanto, ao contrário do bloqueio físico, o bloqueio eletrônico pode causar *stress*

11 BEY, Hakim. T. A. Z. *The Temporary Autonomous Zone, ontological anarchy, poetic terrorism*. Brooklyn, NY: Autonomedia, 1991. p. 107-108.

12 CRITICAL ART ENSEMBLE; *The electronic disturbance*. Brooklyn, NY: Autonomedia, 1994. p. 11.

13 Idem, p. 13.

14 CRITICAL ART ENSEMBLE. *The Electronic Civil Disobedience and other unpopular ideas*. Brooklyn, NY: Autonomedia, 1996. p. 18.

15 HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: war and democracy in the age of empire*. New York: The Penguin Press, 2004. p. 68.

16 CRITICAL ART ENSEMBLE. *The Electronic Civil Disobedience and other unpopular ideas*. Brooklyn, NY: Autonomedia, 1996. p. 18.

financeiro e pode ser usado além do nível local. A DCE é a DC revigorada. O que a DC foi um dia, a DCE é hoje”.¹⁴

Na verdade, foi a conexão aberta e transparente entre a DC e a DCE que capacitou o poder performático das ações de massa não violentas, diretas e on-line a se atualizar. Essa formação assimétrica se tornaria não apenas uma ferramenta para perturbar o capitalismo digital, mas também uma nova contranetwork que iria transportar a ontologia do circuito dominante de comunicação e documentação como a única possibilidade de ação das “networks de luta” para um estágio no qual a multidão logo seria capaz de marchar pelas vias efêmeras dessa nova *super-higway*. Em 2004, muitos anos depois, no livro *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*, Michael Hardt e Antonio Negri escreveram: “Modelos tradicionais básicos de ativismo político, luta de classes e organização revolucionária tornaram-se ultrapassados e inúteis”,¹⁵ pois, para, a CAE era claro que o ciberespaço, como era chamado na época, constituía o próximo estágio da luta. Isso significava que, em vez da facilidade de ver sinais de comando e controle, seria necessário reconfigurar as linhas de comando dos fluxos de códigos e mudar seus registros de valor e padrões de dados. “A CAE disse isso antes e irá dizer outra vez: no que diz respeito ao poder, as ruas são capital morto! Nada que tenha valor para a elite do poder pode ser encontrado nas ruas, nem tampouco essa classe precisa controlar as ruas para administrar e manter com eficiência a instituição do estado”.¹⁶ Nos estranhos dias que estavam por vir, se tornaria difícil distinguir uma falha técnica no sistema de um gesto social de ciberpresença de massa. Assim, tornou-se extremamente importante certificar-se de que todas as ações de DCE são perturbações transparentes contra um sistema demasiadamente disposto a se entregar a seus desejos de “batalha espacial” sem fronteiras da “ciberguerra”, “ciberterrorismo” e o arraigado sonho da “segurança nacional”.

FLIP_FORWARD: Zapatismo Digital Re-conecta o Novo (lo)balismo

Nós seguimos a velocidade dos sonhos.
Subcomandante Marcos, 2007

Anderson rastreou o “hacktivismo” ao levante da guerrilha zapatista de 1994 por mais democracia e pelos direitos indígenas no estado sulista mexicano de Chiapas.
Jim Wolf, “‘Hacktivism’, creditado aos zapatistas”, *Reuters*, Washington, 2 nov. 2001

As condições para uma matriz performativa capaz de encenar a DCE como prática vieram de um mundo além das *networks* digitais. Elas vieram do estado mais meridional do México – Chiapas. Foi lá que o “hacktivismo” começou a ascender em 1º de janeiro de 1994, quando o Tratado Norte-americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement (NAFTA)) foi introduzido, o que aconteceu no mesmo momento em que o *web browser* (o Mosaic para o X-Windows em computadores Unix foi lançado em fevereiro de 1993) ensaiava seus primeiros vôos. Tudo isso ocorreu quando a visão neoliberal da globalização estava sendo introduzida e David Ronfelt e John Arquilla tinham acabado de publicar “Cyberwar is Coming!” na edição de verão de 1993 do *Comparative Strategy*. Esses eventos se acumularam, manifestando-se como uma rebelião invisível de grupos

indígenas, que se tornou a primeira revolução “pós-moderna”. As novas *networks*-baseadas no *browser* sentiram a primeira onda sísmica de informação e começaram a surfar nas ondas – todas se movendo na velocidade dos sonhos.

A rebelião zapatista permitiu que as *networks* artistas emergentes cruzassem o espaço entre o impossível e o possível, entre a fantasia e os protocolos, entre a teorização crítica e os gestos de ação direta – bombas e larguras de bandas podiam ser perturbadas e reorientadas. Enquanto RAND tentava acompanhar a ascensão das afluentes “*networks* da paz”, partes dos novos movimentos de “(lo)balização”, que contrapõem-se ao processo neoliberal de “glocalização”, começaram a se desdobrar como movimentos laterais múltiplos. Uma das mais importantes *networks* laterais foram os zapatistas digitais, que estavam mudando o padrão da “ciberguerra”, do “ciberterrorismo” e da “guerra ao terror” que viria logo após o 11 de setembro. Eles eram “literalmente, despachos do futuro”.¹⁷ Ao mesmo tempo, outros movimentos de (lo)balização procuravam alterar a forma e a função da globalização enquanto glocalização (a mídia dominante usou a expressão “movimento antiglobalização”, que reflete mais do que qualquer outra coisa o desejo pelas trajetórias de negócios transnacionais), mudando o estilo de cima para baixo e de baixo para cima da glocalização para a hiperconectiva lateralização da (lo)balização, que fluía entre culturas de alta tecnologia, baixa tecnologia e sem tecnologia.

Os movimentos de (lo)balização não são antiglobalização. Em vez disso, buscam inventar outro tipo de globalização. Os movimentos de (lo)balização não são formações sociais centralizadas ou descentralizadas. Em vez disso, propagam-se pelos arcos de realidades como *networks* distribuídas que buscam ligar-se a todos os que foram deixados de fora do globo neoliberal. São *networks* de pessoa para pessoa que eram, e que são, mais voltadas para seres humanos nas ruas do que para aqueles que tiveram ou que têm acesso à *network* – as *networks* tornam-se *networks* para aqueles que não estão nelas:

“A fractalização temporal do capital morto permitiu que um espasmo de microinvenção emergisse e cintilasse no espaço limiar da Selva Lancadona; ocorrendo em algum lugar entre as fronteiras imaginárias do holograma americano e do verdadeiro poder Taco Bell do neoliberalismo da NAFTA: os zapatistas. Na Lancadona, uma selva em delírio, flui uma construção temporária de planta, carne e circuitos que tentam causar uma perturbação rizomática, a ‘antecâmara’ de ‘uma revolução que tornará a revolução possível [...]’. Os zapatistas não são a primeira revolução pós-moderna, mas a última; eles são uma evanescente mediação entre o espelho quebrado da produção (capital morto) e o cristal despedaçado da (des)materialização (capital virtual)”.¹⁸

O “ponto de desequilíbrio” estava agora fumegante e pronto para revelar-se como pleno espectro de força dos movimentos de (lo)balização que foram arremessados ao século 21 pela vanguarda dos índios.

Os zapatistas não apenas rasgaram o tecido eletrônico das *networks* do primeiro mundo como um nó de distribuição de informação como também, e principalmente, criaram novos

17 MCKENZIE, Jon; DOMINGUEZ, Ricardo. Dispatches from the future: a conversation about hacktivism. *Connect: Art, Politics, Theory, Practice*, v. 2, 2001. p. 118.

18 DOMINGUEZ, Ricardo. Run for the border: the Taco Bell war. *CTHEORY*, 13 dez. 1995. Disponível em: <<http://www.cttheory.net/articles.aspx?id=155>>.

19 CRITCHLEY, Simon. *Infinitely demanding*. London: Verso, 2007. p. 107.

tipos de sujeito(s) político(s) e nova(s) condição(ões) de ação em escala global. Eles criaram um diagrama para um novo nome (lo)bal, que oferecia uma âncora guia para os emergentes movimentos de (lo)balização por meio de sua “ocupação estratégica do terreno universalístico dos direitos internacionais e da lei internacional que proporciona a avançagem de uma articulação política local cujos efeitos têm se mostrado globais”.¹⁹ Foi uma chamada local que estabeleceu as profundas conexões entre lentas micropolíticas e os fluxos velozes das articulações transnacionais – a (lo)balização é um circuito de retroalimentação para aqueles que estão dispostos a inventar outras formações sociais além das flexíveis zonas de precariedade empurradas para a frente pela ideologia do “mercado livre” que, em 1994, já estava se apossando do Canadá, México e Estados Unidos.

20 RONFELDT, David; ARQUILLA, John. *The zapatista social netwar in Mexico*. Santa Monica: RAND, 1998. p. 1.

A “intergaláctica” emergência dos zapatistas, do zapatismo digital e da (lo)balização foi categorizada como um movimento dos movimentos, que “exemplifica uma nova abordagem do conflito social”,²⁰ e que foi promovida pelo RAND como um importante tipo de “netwar social”. Esta pesquisa foi preparada para o Exército dos Estados Unidos pelo RAND de Arroyo Center como a identificação de uma nova formação social que não se encaixava no paradigma da “ciberguerra” e “ciberterrorismo”. Em vez disso, criava um ativismo transversal que não procurava “esmagar o estado” e “tomar o poder” – movimentos (lo)bais, como o zapatismo, “valem-se do poder das ‘networks’ e fortalecem a ‘sociedade civil global’ para contrabalançar os atores do estado e dos mercados”.²¹ A nova formação de públicos (lo)bais também estava vinculada a modos de protestos reconfigurados que mediram a glocalização ao redor do mundo: “É no protesto que os verdadeiros contornos da glocalização começam a ser percebidos: é somente com os zapatistas que o significado de uma Associação de Livre Comércio Norte-Americana começa a ser percebido; é somente com o hacktivismo que as políticas da internet vêm à luz; é somente com o engarrafamento cultural que os absurdos da publicidade pós-moderna são desnudados”.²²

21 Idem, p. 5.

22 JORDAN, Tim; TAYLOR, Paul A. *Hacktivism and cyberwars: rebels with a cause?* New York: Routledge, 2004. p. 64.

FLIP_OUT: Quando a Teoria Chega à Prática, ou Hacktivismo Digitalmente Incorreto

Vemos que um certo tipo revolucionário não é possível, mas ao mesmo tempo compreendemos que outro tipo revolucionário se torna possível, não por meio de determinada forma de luta de classes, mas por meio de uma revolução molecular, que não apenas coloca em ação classes sociais e indivíduos como também uma revolução maquínica e semiótica.

Felix Guattari, 1977

A batalha entre o Electronic Disturbance Theater e o Pentágono pode entrar para a história como um momento de definição.

Winn Schwartau, 2000

Desde o nosso primeiro encontro com máquinas analíticas, temos oscilado entre o quebra-quebra das máquinas proporcionado pelos Luddites de 1811 ao código escrito em meados do século 19 por Augusta Ada Byron King, condessa de Lovelace, para a “máquina de diferenças”, entre utopia e apocalipse, entre redução de trabalho e perda

de empregos, entre comum e demasiadamente novo, entre máquinas boas e más. O grupo ativista The Electronic Disturbance Theater (EDT) esteve entre os primeiros a desenvolver uma relação entre má tecnologia, código ineficiente e rebelião por uma boa causa – o EDT operava, e opera, em “contradição com o ciberespaço”.²³ O EDT criou uma máquina de protestos de massa (FloodNet) que se conecta a ações de massa nas ruas e que estava, e está, intimamente ligada aos zapatistas e aos movimentos de alter (lo)balização – uma matriz performática que muda o núcleo da *network* da comunicação e da documentação para a ação de massa direta e on-line, um gesto que tenta suturar indivíduos e *browsers*, a massa virtual e os protestos de massa em espaços públicos que são, ao mesmo tempo, locais e (lo)bais.

23 JORDAN, Tim; TAYLOR, Paul A. *Hackitivism and cyberwars: rebels with a cause?* New York: Routledge, 2004. p. 74.

Os “*sit-ins* virtuais”, que é o nome dado pelo EDT a essas ações baseadas na *network*, eram um eco direto da visão que a CAE tinha para a DCE. Porém, em vez da versão da CAE de um núcleo de *hackers* secretos e eficientes, o EDT criou uma reconfiguração transparente e artística da DCE – que, por todas as leis que regem os códigos bem feitos, jamais deveria funcionar. Mas desde quando a arte precisa ser bem feita para espalhar-se pelo mundo? Foi uma nova poética cultural que permitiu que a versão do EDT para a DCE negociasse com o estado pré-11 de setembro e com os poderes transacionais as mobilizações discursivas de “cibercrime”, “ciberguerra” e “ciberterrorismo”, mudando o enfoque para o da Desobediência Civil (DC) e sua história legal em relação à DCE – sem abrir mão da “arte” do ativismo ou do “ativismo”. Esse termo híbrido inclui:

“[...] o Electronic Disturbance Theater ilumina um novo conjunto de possibilidades para entender a relação entre performance, personificação e prática espacial no ciberespaço. Ao contrário de inúmeros outros artistas performáticos que exploraram a relação do corpo com a tecnologia por meio do encontro literal do corpo físico dos indivíduos com as máquinas – as cirurgias transmitidas ao vivo de Orlan; os experimentos cibernéticos de Stelarc – o EDT colocou a própria noção de ‘personificação’ sob um rigoroso questionamento, e pensou entender as possibilidades específicas de constituir presença no espaço digital que é, ao mesmo tempo, coletivo e politizado [...]. Essas ações sugerem que a performance no ciberespaço pode reproduzir – ensaiar ou praticar – o ciberespaço de maneiras que produzem uma forma alternada de espacialidade. Para o EDT, assim como para os zapatistas, o ciberespaço pode ser praticado como uma nova esfera pública, uma passarela para encenar ‘linhas de luta’ mais produtivas para os que lutam pela mudança social”.²⁴

24 LANE, Jill. Digital zapatistas. *The Drama Review: The Journal of Performance Studies*, Summer, 2003, p. 131.

O plano da composição de grupo do EDT era predominantemente artista-centrado e extremamente focado para que sua versão da DCE fosse simples e amplamente distribuída a partir de seu começo – mas talvez sua decisão mais transgressora e aberrante fosse a de ser completamente transparente, ou tão transparente quanto um “corpo de dados” possa ser, via assinatura do corpo “real”. Desde aquela fase no cibertempo, o apelo de um anonimato utópico era uma doutrina central para *hackers*, *phreakers*, *crackers* e, para cada companhia vendendo a internet ao mundo de 1994 em diante – ninguém tinha de saber o seu sexo, raça ou classe –, ser “ninguém” era a nova forma de liberdade. O EDT escolheu perturbar essa ontologia social de imaterialidade

estabelecendo uma clara conexão entre “nomes” e ação: Carmin Karasic (artista, designer de interfaces e designer gráfico da FloodNet), Brett Stalbaum (programador Java, artista e autor do FloodNet Applet), Stefan Wray (teórico, escritor e agitador) e “eu mesmo”, Ricardo Dominguez (organizador, agitador, artista e teórico). Essas foram as designações que demos a nós mesmos em 1998 no *website* do Electronic Disturbance Theater e à lista que adicionamos a cada chamada para a ação enviada por e-mail. Dessa forma, fomos capazes de criar um contexto performativo que nos deu um elevado grau de controle sobre a questão da significação (é isso “ciberguerra”, “ciberterrorismo”, “cibercrime” ou uma nova forma de DC?), o gesto em direção ao transparente – já que as *networks* de zapatistas digitais, artistas, ativistas, estranhos on-line, governos, militares e a mídia dominante sabiam o que iríamos fazer, quando faríamos uma ação, por que a faríamos e onde poderíamos nos encontrar – caso você quisesse ainda mais informações. A escolha do EDT de traduzir o “Satyagraha”²⁵ de Gandhi a fim de conectar nossos “corpos de dados” aos nossos corpos reais criou uma forma de ativismo “digitalmente incorreto”, que redirecionou o futuro pós-11 de setembro de *networks* “baseadas no medo” desenvolvidas pelos Estados Unidos e pelas políticas transnacionais.

25 Gandhi chamou seu método geral de ação não violenta de “Satyagraha”. Isso pode ser aproximadamente traduzido como “Verdade-Força”. Uma interpretação mais completa seria: “a força que é gerada por meio da aderência à Verdade”. Disponível em: <<http://www.markshep.com/nonviolence/Myths.html>>.

26 GENOSKO, Gary. *Felix Guattari: an aberrant introduction*. New York: Continuum, 2002. p. 227.

Essa escolha de conectar o lado externo e o interno do *continuum* cibernético também permitiu à DCE, como um gesto artista, exemplificar um gesto contra a “hegemonia da comunicação”.²⁶ A última nota de rodapé do último capítulo de *Felix Guattari: an aberrant introduction*, de Gary Gonosko, ressalta que:

“Deleuze lançou esta idéia: ‘o aspecto chave pode ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores de circuitos, de maneira que possamos iludir o controle’. Um tipo de criatividade que não era ligada à comunicação, mas que nela irrompeu em algum momento ao estabelecer cavidades pelas quais suas mensagens não podiam passar ou, para colocar em termos positivos, passavam bem demais [...] um exemplo do vacúolo anterior sugere formas mais virulentas dessa espécie de ataques da *network* desenvolvidos por hacktivistas, tais como a criação de perturbações [...] usando *software* FloodNet que inunda os *sites* e satura as linhas”.²⁷

27 Ibidem.

A FloodNet criou uma forma extrema de transparência informática e um sistema de contracomunicação que não apenas saturam a *network* com um novo tipo de personificação das massas, mas que também cria um simples grupo de lacunas-enquanto-significado que aderem de modo parasitário ao “desaparecido” e ao “perdido” nos bancos de dados do poder dominante, tornando-os visíveis – com a força dadaísta do “documento 404 não encontrado”.

Brett Stalbaum, um dos co-fundadores do EDT, insere esse gesto do “documento 404 não encontrado” na moldura da história da arte *network* conceitual (arte net).

“A FloodNet é um exemplo de arte.net conceitual que dá poder às pessoas por meio da expressão artista/artivista. Ao selecionar fases para usar na construção de ‘más’ urls – por exemplo, usar ‘direitos_humanos’ para formar a url ‘http://www.xxx.gb.mx/human_rights/’

–, a FloodNet é capaz de carregar mensagens para logs de erro de servidor ao pedir intencionalmente um url que não existe. Isso faz com que o servidor devolva mensagens como ‘direitos_humanos não encontrados neste servidor’”.²⁸

Essa função aberrante da tecnologia baseada no *browser* permite que os sonhos etéreos do ciberespaço reforcem aquilo que está ausente da infra-estrutura de governo e da orientação neoliberal que, naquela época, consolidavam a relação entre o mercado global e a informação no México sob o domínio do NAFTA.

A DCE nunca esteve, nem está, voltada para as ciberbombas e larguras de banda. Seu foco é um estilo de “pulsção sustentada”²⁹ agora possível para as formações sociais que emergiram nos anos de 1990 (os zapatistas, o zapatismo digital, a mídia tática, o hacktivismo, os engarrafamentos culturais e as *networks* alterglobalização), e que entrelaçaram as comunidades de Chiapas, no México, as ruas, as infra-estruturas digitais e as intervenções de *software* e semântica em nível (lo)bal. Para o RAND, a perspectiva da DCE em 1998, conforme era praticada pelo EDT, iria criar

“[...] efeitos divisores, possivelmente conduzindo a uma separação entre os proponentes da netwar [...] que acreditam que os novos designs organizacionais do mundo real deveriam ser a base para as doutrinas e estratégias artivistas, e os proponentes mais anárquicos, para os quais os ataques tecnológicos teatrais – o “zapatismo digital” – devem ser o coração da doutrina e da estratégia”.³⁰

É verdade que ocorreu uma discordância entre muitos artivistas e grupos artísticos da nova mídia quanto ao papel da DCE deslocar-se da comunicação e documentação como nexos primários das práticas artivistas/artivistas on-line. Contudo, isso não ocorreu com a intensidade prevista pelo RAND. Em dois anos (1998 a 2000), a versão do EDT para a DCE conseguiu integrar-se ao cardápio típico de gestos táticos disponíveis para artivistas e artivistas “ao longo dos arcos de realidades”, conforme os zapatistas gostam de cantar.

O diagrama de Jon McKenzie para os gestos e entrelaçamentos recombinados do EDT manifestava, *a priori*, as futuridades como uma condição íntima de suas possibilidades no passado, o que permitiu aos gestos de DCE driblar as síndromes pós-11 de setembro de “medo como política”, “inseguranças” sociais e os constantes alarmes de exagerados elétrons digitais da guerra de informação. McKenzie desestratificou as “noopolitik”³¹ do estilo EDT de DCE como uma máquina do tempo ontológica:

“[...] seria interessante rastrear o modo como intervenções físicas, sintáticas e semânticas desdobram-se nos três níveis principais de performances que eu identifiquei: o nível dos discursos-práticas (i.e, palavras e gestos, o nível no qual a maioria dos artistas ainda trabalha; experimentação formal e conceitual), o nível dos sistemas sociotécnicos (i.e, grupos sociais e organizações como instituições culturais, educacionais e corporativas), e o nível dos estratos onto-históricos (i.e, formações de poder/conhecimento que definem em grande parte “o que é” para uma determinada sociedade durante um longo período de

28 STALBAUM, Brett. The Zapatista Tactical FloodNet: a collaborative, activist and conceptual art work of the net. 1998. Disponível em: <<http://www.thing.net/~rdom/ecd/ZapTact.html>>.

29 RONFELDT, David; ARQUILLA, John. The zapatista social netwar in Mexico. Santa Monica: RAND, 1998. p. 10.

30 Idem, p. 73.

31 “Noopolitik é uma abordagem do estadismo feita por atores não ligados ao estado, e que enfatiza o papel do poder suave de expressar idéias, valores, normas e éticas por meio de todos os tipos de mídia. Isso a diferencia da *realpolitik*, que ressalta as pesadas dimensões materiais do poder e trata os estados como determinantes da ordem mundial.” ARQUILLA, John; RONFELDT, David. *The emergence of noopolitik: toward an American information strategy*. Santa Monica: RAND, 1999. p. 27.

32 MCKENZIE, Jon; DOMINGUEZ, Ricardo. Dispatches from the future: a conversation about hacktivism. *Connect: Art, Politics, Theory, Practice*, v. 2, 2001. p. 118.

tempo). Performances menores operam nesses três níveis a fim de desestratificar as formas e as funções das performances principais [...]. Mover-se para o nível dos estratos onto-históricos exige mais do que situar as formações de conhecimento e os mecanismos de poder atuais de modo a antecipar e até mesmo ensaiar futuras formas de desestratificação. Para mim, o que mais chama a atenção na tecnologia FloodNet do EDT não são suas mensagens, mas seu potencial como uma máquina de escrever sem igual: ela literalmente envia despachos do futuro”.³²

Esse movimento entre estratificações e (des)estratificações também foi ligado à questão da(s) lei(s), tanto dentro dos Estados Unidos quanto internacionalmente, em relação à história da DC, e parte dessa história poderia ser estabelecida com a DCE e sua relação com os paradigmas da lei local/global e das práticas eletrônicas.

PARA NOMOS E DE VOLTA: A Desobediência Civil Eletrônica é Desobediência Civil?

Se o Electronic Disturbance Theater não era ilegal, certamente era imoral...

Departamento de Defesa dos Estados Unidos, *New York Times*, primeira página, 3 out. 1998

Em sua decisão (1 Ss 319/05), a Primeira Câmara Penal do Tribunal Superior Regional de Frankfurt derrubou o veredicto inicial. O Tribunal Superior achou que as demonstrações *on-line* não constituem uma exibição de força, mas pretendem influenciar a opinião pública.

Torsten Kleinz e Craig Morris, 2006.

Disponível em: <<http://www.heise.de/english/newsticker/news/73827>>.

Os estratos da lei foram um encontro inicial na performance recombinada do EDT. De novo e de novo, a questão era proposta por ativistas, artistas e forças de segurança: a DCE é legal? A própria questão tornou-se parte da performance como uma “política da questão” que interpelava uma resposta que já havia sido formulada pela CAE – a DCE é agora a DC. O estabelecimento de uma conexão epistemológica entre DCE e DC como parte da trajetória estética – pela CAE na teoria e pelo EDT na prática – criou a necessidade de resposta a esse metapadrão por parte de todos os envolvidos. A pergunta, então, não era como isso não é DC, mas de que maneira a DCE se encaixa na definição legal de DC. Em 1998, a questão era categorizada como potencialmente ilegal, como um “cibercrime” conhecido como DoS – Denial of Service (negação de serviço), ou DDoS – Distributed Denial of Service (negação distribuída de serviço):

“Um ataque de negação de serviço (ataque DoS) ou um ataque de negação distribuída de serviço (ataque DDoS) é uma tentativa de tornar um recurso de computador indisponível aos que pretendem usá-lo. Embora os meios, motivos e alvos de um ataque DoS possam variar, ele geralmente consiste em esforços orquestrados e malévolos de uma pessoa ou mais para impedir que um *site* ou serviço da internet funcione com eficiência, ou até mesmo impedir que funcione, de forma temporária ou por tempo indefinido”.³³

33 Disponível em:
<http://en.wikipedia.org/wiki/Denial-of-service_attack>.

O EDT deixou consistentemente claro que essa não era a questão adequada, uma vez que a DCE era uma questão de ontologia social e não de tecnologia – não se tratava de um código enquanto código entre máquinas, mas de uma nova forma de contestação social e da(s) lei(s).

John Rawls, em seu ensaio “Civil disobedience and the social contract”, afirma que a desobediência civil é “um ato público, não violento e consciente contra a lei, geralmente realizado com a intenção de provocar uma mudança na política ou nas leis do governo”.³⁴ Ele também se estende sobre várias outras fases legais da DC que atuam para criar um contra-espço público:

34 RAWLS, John. Civil disobedience and the social contract. In: ARTHUR, J. (Ed.). *Morality and moral controversies*. 4. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1996. p. 356.

“A desobediência civil é um ato político no sentido de que é um ato justificado por princípios morais que definem uma concepção de sociedade civil e do bem público [...]. A desobediência civil é um ato público no qual o dissidente acredita que é justificado pela concepção de justiça e, por essa razão, ela pode ser entendida como algo que se dirige ao senso de justiça da maioria a fim de encorajar a reconsideração das medidas que causaram o protesto e para advertir que, na sincera opinião dos dissidentes, as condições de cooperação social não estão sendo honradas”.³⁵

35 Idem, p. 358.

Para o EDT, a matriz performativa de teletransportar a DC para o ciberespaço foi uma importante âncora para a futura DCE. A DCE, conforme é praticada pelo EDT e por qualquer outro grupo que funcione dentro dos roteiros estabelecidos pelo EDT, deve ser julgada por tribunais locais, nacionais e internacionais como um transparente ato civil de desobediência, e não como um “cibercrime”. Como afirmou a Dra. Dorothy E. Denning, da Universidade de Georgetown, em seu testemunho perante o Painel Especial de Supervisão do Terrorismo do Comitê dos Serviços Armados da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos em 23 de maio de 2000: “o EDT e os Electrohippies vêem suas operações como atos de desobediência civil análogos aos protestos de rua e aos *sit-ins* físicos, e não como atos de violência ou de terrorismo. Essa é uma distinção importante. A maioria dos ativistas, seja participando da Marcha de Um Milhão de Mães ou de um *sit-in* na *web*, não é terrorista”.

A DCE não é um grupo secreto de indivíduos anônimos ou de *networks* “invadindo” e escravizando servidores de modo a poder lançar ataques de Negação Distribuída de Serviços (DDoS). Essas ações representam apenas uma ou duas pessoas escondidas, ou “crackers”, que invadem os sistemas e os utilizam secretamente. A DCE é o produto de uma ação de massa on-line em um protesto civil e transparente – cujo principal objetivo é questionar e disseminar informação sobre aquilo que, na opinião deles, é uma condição social que deve ser corrigida a fim de criar uma sociedade melhor para todos. É importante que a sociedade civil e os tribunais entendam esse ato de transparência digital: a DCE é e deveria ser tratada como outra condição digital intimamente ligada à longa e profunda tradição ocidental de Desobediência Civil – nada mais, nada menos. O acadêmico de direito William Karam, da Universidade de Ottawa, em seu ensaio “Hackitivism: is hackitivism civil disobedience”, de 2000, vê na DCE ligações que vão além: “modernas raízes teóricas do final do século 19, a jurisprudência da desobediên-

cia civil envolve uma narrativa global que se estende de Ésquilo e outros atenienses a um prisioneiro visionário de uma prisão no Alabama e a manifestantes nômades opondo-se à globalização”. Para Karam, a prática de DCE que o Electronic Disturbance Theater usa em suas campanhas se encaixa em duas importantes condições de DC (ilegalidade deliberada e assumir responsabilidade). Os membros do EDT “[...] costumam usar seus verdadeiros nomes e aceitaram abertamente a responsabilidade por suas ações [...]. Embora tais práticas ainda estejam longe da norma, há, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que as idéias de Thoreau são igualmente aplicáveis ao hacktivismo na era da informação [...] em resumo, se o hacktivismo vier a ser tratado como desobediência civil, terá de haver um contínuo aumento na disposição dos hacktivistas de assumir a responsabilidade e aceitar a punição por seus atos”.

Para o EDT, o estabelecimento de um plano de consistência entre a legitimação da DC e da DCE era extremamente importante, não apenas no nível do Estado mas também no nível transnacional. Tratava-se agora de ter a teoria legal conectada à prática legal como resultado da habilidade do EDT de sintonizar-se com “padrões futuros” dos modelos de legal/ilegal pós-11 de setembro.

Em 2005, um processo legal em Frankfurt, na Alemanha, desenrolou-se em torno de uma ação de DCE contra a Lufthansa relativa ao negócio de deportação de imigrantes que a empresa estava fazendo em parceria com o estado alemão. Em 2001, o EDT foi convidado por dois importantes grupos ativistas da Alemanha – “ninguém é ilegal” e “Liberdad!” – para falar em duas cidades alemãs sobre a história da DCE e o uso que o EDT faz das ações de massa não violentas, diretas e on-line desde 1998. O EDT ajudou a espalhar a notícia do “*sit-in* virtual” na Lufthansa que iria ocorrer durante a reunião anual dos acionistas em 20 de junho de 2001. Falamos com grupos grandes e pequenos de ativistas, mídia, artistas e hacktivistas, bem como todos os principais jornais, rádio e televisão. A “Ação Classe Deportação”, conforme foi chamada, seguiu todos os protocolos de transparência que tinham sido estabelecidos para a DCE. Todos os ativistas, artistas e artistas anunciaram as datas, horários e razões para a ação on-line, todas as ações nas ruas e dentro da reunião dos acionistas – nada foi ocultado. Cerca de 13 mil pessoas participaram do protesto on-line daquele dia e o *website* da Lufthansa ficou fora do ar. O resultado foi muito positivo para as comunidades que protestavam – a Lufthansa encerrou o negócio da classe-deportação com o governo alemão (disponível em: <<http://go.to/online-demo>>, junho de 2001).

Em 14 de junho de 2005, Andreas-Thomas Vogel foi a julgamento em um tribunal de primeira instância em Frankfurt, na Alemanha. Vogel era o ativista que registrou o domínio (*liberdad.de*) no qual, em 2001, a chamada para a ação contra a Lufthansa havia sido divulgada. Vogel foi processado em uma sala de segurança máxima onde os terroristas costumavam, e costumam, serem julgados. O resultado foi que o “[...] tribunal de primeira instância julgou o iniciador Andreas-Thomas Vogel culpado e o sentenciou a uma multa de 90 dias de salário. O tribunal considerou a demonstração como sendo uso de força contra a Lufthansa enquanto operadora de *website*, bem como contra outros

usuários da internet; especificamente, a companhia aérea havia sofrido perdas econômicas por causa da campanha, ao passo que outros usuários da internet foram impedidos de usar o *website* da Lufthansa. A demonstração on-line foi considerada uma ameaça de dano considerável, conforme definição dada pela Seção 240 do Código Penal alemão; com isso, Vogel foi julgado culpado de incitar as pessoas a cometer coação”.³⁶

Era possível perceber que o tribunal de primeira instância estava lendo a questão da DC pela ótica das forças de mercado e do “cibercrime” – e não como uma forma de DC representada pelos direitos constitucionais de seus cidadãos alemães. Um ano depois, um jornal noticiou que “a Primeira Câmara Penal do Tribunal Superior Regional de Frankfurt” tinha “derrubado o veredito inicial. O tribunal Superior considerou que a demonstração on-line não constituía uma exibição de força, mas pretendia influenciar a opinião pública. Essa nova interpretação não deixou espaço para as acusações de coação, e o acusado foi considerado inocente”.³⁷

Essa decisão do tribunal Superior de Frankfurt era, e é, um passo importante para introduzir a teoria e a prática da DCE estabelecida pelas estéticas críticas do EDT na linguagem legal emergente do (lo)bal que se opõe à desapareição da presença constitucional e dos direitos sob a obliteração da lei (não-lei) promovida pelos mercados globais e pela “guerra contra o terror”. Essa conexão foi primeiramente explorada pelos ativistas alemães. Para eles, a ação de DCE não estava relacionada com a lei e a tecnologia, mas com a lei e as condições desumanas dos “migrantes”, que estavam sendo mortos pela hiperviolência da lei ilegal da deportação: “Como diz o porta-voz do *Liberdad*, Hans-Peter Kartenberg, ‘embora seja virtual por natureza, a internet ainda é um espaço público real. Sempre que acordos espúrios ocorrem, os protestos também têm de ser possíveis’. Ele também conclamou todo mundo a não esquecer dos objetivos do protesto on-line à luz da confusão legal. De acordo com o *Liberdad*, cerca de 20.000 pessoas são deportadas à força a cada ano. Kartenberg lembra a todos que essa ‘política desumana’ causa centenas de mortes anualmente”.³⁸

Para o ativista do “*Liberdad*”, assim como para o EDT, a DCE é a tecnologia enquanto gesto de amplificação para aqueles que não têm acesso às regras biopolíticas da globalização ou às leis do Estado, tanto dentro quanto fora, tanto para cidadãos quanto para imigrantes. Nos dias de hoje, ninguém está isento do “estado de exceção” pós-11 de setembro – de forma que também continuará valendo o fato de que “à medida que os esforços hacktivistas permanecerem comprometidos com a responsabilidade e chamarem a atenção, de modo consciente, para importantes questões sociais e outras referentes à justiça e aos direitos humanos, eles continuarão sendo bem-sucedidos em encontrar [...] o modelo de desobediência civil”.³⁹

36 HIGHER Regional Court says online demonstration is not force. *Heise Online*, 2006. Disponível em: <<http://www.heise.de/english/newsticker/news/73827>>.

37 Ibidem.

38 Ibidem.

39 KARAM, William. Hacktivism: is hacktivism civil disobedience. Universidade de Ottawa, Faculdade de Direito, Departamento de Estudos Graduados, na *home page* de Karam, 2000. p. 27. (Essa *home page* e o ensaio não estão mais disponíveis on-line desde abril de 2007. Uma cópia impressa do ensaio está em poder do autor).